



Alimentação saudável e sustentável

Desafios para o país e o mundo

Sistema de produção alimentar precisa ser revisto visando ao benefício da saúde humana e à preservação do planeta

» MARIA EDUARDA CARDIM

O caminho do alimento até a mesa do consumidor envolve muitas etapas, que vão desde a produção, o processamento e a distribuição da comida até o consumo. No Brasil, essa trajetória, também conhecida como sistema alimentar, enfrenta grandes desafios, que ficaram ainda mais evidentes durante a pandemia de covid-19. Entre os principais problemas estão um sistema agrícola em crescente desequilíbrio, o consumo de ultraprocessados e a insegurança alimentar vivida por grande parte da população brasileira.

A conclusão foi apresentada pela nutricionista e coordenadora do Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Janine Coutinho, no *Correio Talks Live — Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável*. Na avaliação da especialista, a forma convencional de produzir os alimentos tem sido responsável também pelo impacto nas mudanças climáticas. “Essa forma de produzir e consumir alimentos está adoecendo a população e o nosso planeta também”, afirmou.

Os efeitos da forma hegemônica da produção de alimentos são vistos em nível global. Dados do Observatório do Clima, de 2019, mostram que 44% das emissões de gases do efeito estufa são provenientes do uso da terra. Solo este cada vez mais usado para a produção das commodities brasileiras. “As bases dos produtos ultraprocessados são açúcar, soja, trigo, milho, que são commodities produzidas nas grandes monoculturas”, explicou Janine.

Reprodução/YouTube



Essa forma de produzir e consumir alimentos está adoecendo a população e o nosso planeta também”

Janine Coutinho, coordenadora do Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Idec

Ela alertou que o consumo de produtos ultraprocessados está relacionado com ganho de peso, diabetes, doenças cardiovasculares, depressão e outras doenças. “As evidências de todos os malefícios do consumo desses produtos são muito robustas”, pontuou. Por isso, a nutricionista vê a taxação de ultraprocessados com uma boa proposta para barrar o consumo

desses produtos no país.

“Existem estudos em outros países mostrando o efeito positivo da taxação. Então, em princípio, acho que essa é uma boa proposta para ser pensada e elaborada como um projeto de lei”, avaliou.

Insegurança alimentar

Ainda que o agronegócio bata

recordes de produção, o Brasil vive uma situação catastrófica em relação à segurança alimentar. Dados de uma pesquisa conduzida pela Rede Penssan apontam que 116 milhões de brasileiros vivem em algum nível de insegurança. “O problema é mais grave nas áreas rurais. A fome atinge 14,3% dos agricultores familiares, sendo que 65,2% desta categoria apresenta algum nível

de insegurança alimentar”, ressaltou Janine.

Paradoxalmente, a insegurança alimentar presente em 55,2% dos domicílios brasileiros aumenta as chances de que as crianças que vivem nesses lares desenvolvam obesidade, por exemplo. “Pesquisas indicam que uma criança que tem privação de alimentos, é desnutrida, é uma criança que tem mais

chance de desenvolver obesidade e doenças crônicas quando adulta”, afirmou.

Equilíbrio

A busca por um equilíbrio dos sistemas alimentares passa por diversas áreas e, por isso, o Idec, em conjunto com alguns especialistas, lançará em breve o documento *Agenda para ação*, que traz recomendações nas diversas dimensões do sistema alimentar. Na primeira dimensão, o Idec propõe a criação de modelos de negócios que priorizem as necessidades de abastecimento do mercado interno e valorizem a agricultura familiar.

Na segunda dimensão, que aborda o abastecimento e a demanda, o instituto sugere a desoneração tributária para produção e comercialização de alimentos básicos in natura e a criação de uma política nacional de abastecimento alimentar, articulada com estados e municípios. Na terceira dimensão, o foco deve ser no sistema de produção agroecológico, garantindo alimentos que permitam a regeneração dos recursos naturais e também em uma política nacional de redução do uso de agrotóxicos.

Na quarta dimensão, o objetivo é promover a saúde, com a coibição de publicidade de alimentos, taxação de bebidas açucaradas e proteção da venda de ultraprocessados no ambiente escolar. “Ações de educação alimentar e nutricional são fundamentais, mas não são suficientes e precisam estar articuladas com medidas regulatórias”, pontuou Janine. Na última e quinta dimensão, o instituto diz que é preciso retomar e fortalecer a governança de Segurança Alimentar e Nutricional.

Pelo direito a uma alimentação segura

» MICHELLE PORTELA

As mudanças climáticas, os eventos extremos e a precarização de políticas públicas são fatores que dificultam a produção e o acesso aos alimentos e culminam no aumento do número de pessoas no mapa da pobreza e da fome — enquanto o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados pode impactar diretamente o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, o Brasil se distancia cada vez mais de um dos direitos fundamentais globais, o acesso à alimentação para todos.

A abordagem foi defendida pela professora da Universidade de Brasília (UnB), Mercedes Bustamante, membro da Academia Brasileira de Ciências e uma das principais referências no bioma Cerrado, referência internacional em clima em ambiente. A cientista participou, ontem, do *Correio Talks*, junto a outros debatedores.

Para Mercedes, a segurança alimentar no Brasil sofre a influência de conflitos, de mudanças climáticas, inclusive, tendo como uma das principais evidências a ocorrência de eventos extremos e recuos econômicos. “Se alguém de uma família migra, ela deixa de fazer parte de um sistema e afeta a produção de alimentos locais. Ao passo que essa mesma pessoa pode sofrer os efeitos econômicos da migração”, explicou.

Como exemplo, a pesquisadora citou o esvaziamento dos conselhos consultivos da sociedade civil junto ao governo federal, como nas áreas de segurança alimentar — o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) — e de meio ambiente — o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).



Precisamos decidir qual o desenvolvimento que queremos ter e nos perguntar o que a nossa cozinha tem a ver com desenvolvimento sustentável”

Mercedes Bustamante, professora da UnB e membro da Academia Brasileira de Ciências

“Houve um esvaziamento ou encerramento dos conselhos consultivos quando a gente mais precisa deles, quando aceitamos o esvaziamento de um espaço necessário para a sociedade debater a importância da alimentação. Com isso, é preciso lembrar

que o direito à alimentação é um direitos humanos fundamentais”, ressaltou.

Desenvolvimento

Para a professora, um dos desafios dos governos para a

produção e o acesso aos alimentos é assimilar os efeitos das questões do desenvolvimento econômico e do impacto ambiental na produção e também no consumo. “Precisamos falar sobre valores, que implica naquilo sobre o que você diz não; que

não aceitamos mais esse esquema de produção ou suas consequências”, defendeu.

Exemplo dessa questão é o quanto o desmatamento e a agricultura de poucos tipos de alimentos impactam a segurança alimentar. Enquanto, no mundo,

24% do total das emissões de gases do efeito estufa são oriundas das ações humanas, no Brasil, esse indicador salta para 73%. “Precisamos decidir qual o desenvolvimento que queremos ter e nos perguntar o que a nossa cozinha tem a ver com desenvolvimento sustentável”, disse.

Por fim, a pesquisadora lembrou dos riscos da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 6.299/2002, o chamado projeto dos agrotóxicos. “O ponto crítico dessa proposta é que ela dá ao Ministério da Agricultura poderes absolutos para aprovar a liberação do uso de novos agrotóxicos no país”, afirmou.

Atualmente, além do ministério, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) participam da análise da liberação dos produtos. Desde 2016, o Brasil tem sido palco de uma enxurrada de novas liberações de agrotóxicos. Naquele ano, ocorreu a liberação de 277 produtos. No ano seguinte, houve um salto para 404 novos venenos.

Em 2018, mais 449 registros foram realizados. Mas o governo de Jair Bolsonaro conseguiu ser ainda mais condescendente com o veneno agrícola. Em seu primeiro ano, 474 pesticidas foram liberados. Já em 2020, o número subiu para 493. Ao final do ano passado, o Ministério da Agricultura bateu novo recorde, aprovando o registro de 550 novos agrotóxicos.

Por isso, a cientista defende mobilizações da sociedade junto ao Congresso Nacional e aos governos para promover mais do que um ponto de vista. “A gente precisa falar com clareza que alimentação é um valor, um direito humano resguardado por várias entidades internacionais, algo a ser respeitado”, finalizou.